



*Núcleo de
Acessibilidade
Unifagoc*

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO - PPII

Adriana Maria Vieira Mollica – Coordenadora do NAE e NAF

Alex Fabrício de Oliveira – Psiquiatra - CRM – MG 51.545

Andyara Dias de Paula - Psicóloga - CRP – 04/56629

Cláudia Alexandre de Freitas Oliveira – Psicopedagoga Institucional

Elizandra Mendes Mathias – Psicopedagoga Institucional

Gabriela Gonçalves Cabral – Auxiliar Administrativo

Ketully Cristina Neves – Tutor de Acompanhamento EAD

Luana Gonçalves de Lima - Intérprete de Libras

Márcia Cristina Zorzan - Psicopedagoga Institucional

Ronaldo Chicre Araújo – Psicólogo - CRP – 11680/04

Simone de Almeida Braga - Psicopedagoga Institucional

Victor Hugo Nunes de Barros - Psiquiatra - CRM - MG 66.825

Maio/2026

SUMÁRIO

1.	3	
2.	3	
3.	4	
4.	7	
4.1	8	
4.1.1	8	
4.1.2	8	
4.1.3	9	
4.1.4	9	
4.1.5	10	
4.2	10	
4.2.1	10	
4.2.2	10	
4.3	11	
4.3.1	11	
4.3.2	11	
4.3.3	12	
4.4	12	
5.	12	
		ANEXO I - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACEITE
		14
		ANEXO III - ENTREVISTA DE ANAMNESE PSICOPEDAGÓGICA
		16
		ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO DE ORIENTAÇÕES
		19
		ANEXO V – INFORMATIVO DE DESLIGAMENTO (E-MAIL)
		20

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência e transtorno nos espaços escolares tem se tornado uma prática mundialmente adotada. Desde o Plano Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007) até a implementação da Lei Brasileira de Inclusão (2015), o acesso das pessoas com deficiência à educação e permanência dessas em todos os níveis do ensino vem se expandindo.

A aprendizagem do aluno de inclusão não se dá simplesmente por sua exposição às formas de conhecimento, mas sim quando este entende que os fatos apreendidos são considerados relevantes para o seu crescimento pessoal, ou seja, quando ocorre uma mudança na sua forma de pensar, de agir e de sentir. Isso ocorre em consequência do que ele aprendeu o que, alguns autores, denominam como aprendizagem significativa.

Na Instituição de Ensino Superior, a aprendizagem significativa pressupõe troca de informações, resolução de problemas e aprendizagem de conteúdos novos e articulação dos conhecimentos que adquiridos com novas informações. Portanto, os conhecimentos vão tomando forma quando vivenciados no contexto em que o aluno está inserido e na interação com as práticas sociais.

O Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC), comprometido com a inclusão efetiva desta clientela, proporciona a implementação deste Projeto Pedagógico Institucional de Inclusão (PPI), documento este que contempla documentos e planos de ação para atendimento de pessoas com as mais diversas deficiências, transtornos e síndromes.

2. JUSTIFICATIVA

Visando a oferta de um ensino superior inclusivo alinhado às políticas públicas de inclusão, a oferta do atendimento educacional especializado representa a possibilidade de equiparação das pessoas com deficiência e transtornos, estabelecendo assim sua permanência na instituição. Justifica-se tal implementação devido ao crescente número destes alunos no ensino superior.

Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena efetiva na Instituição e na sociedade.

Entende-se por deficiência toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de sua atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Compreende-se como deficiência permanente aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período suficiente para não permitir a recuperação do indivíduo ou impossibilidade de que essa se altere, apesar de novos tratamentos.

Considera-se incapacidade uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração e interação social e de comunicação, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) define o Transtorno Mental como uma “perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental”. (APA, 2014)

3. OBJETIVOS

O Núcleo de Acessibilidade UNIFAGOC (NAF), tem como objetivo geral desenvolver políticas de acessibilidade às pessoas com deficiências físicas e intelectuais, transtornos ou síndromes, planejando e propondo ações de inclusão nos espaços físicos e acadêmicos no Centro Universitário Governador Ozanam Coelho.

O foco do trabalho dos profissionais atuantes no NAF é a prevenção e intervenção nas dificuldades acadêmicas, visto que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se propõe a detectar possíveis problemas de aprendizagem, assessorar coordenadores e professores, bem como criar ações que propiciem um ambiente favorável ao processo de ensino-aprendizagem, às interações interpessoais, às relações emocionais e às trocas entre os indivíduos que compõem o âmbito institucional, visando uma qualidade do ensino, da convivência e, principalmente, da aprendizagem considerando as características do grupo ou do indivíduo. Como objetivos específicos, o NAF visa:

I - Criar na instituição a cultura da "educação para a convivência", a aceitação das diferenças, o convívio com a diversidade, a eliminação de barreiras físicas, arquitetônicas,

metodológicas, educacionais, atitudinais, de comunicação, de informação, digitais e pedagógicas, incluindo socialmente a todos, por meio de atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência: física, visual, auditiva e da fala, e ainda, as intelectuais, como: Transtornos Globais de Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação;

II – Identificar quais cursos do centro universitário as pessoas com necessidades educacionais específicas frequentam e quais adaptações foram feitas para a inclusão, propondo a estas sugestões e as adequações necessárias;

III – Promover espaços de discussões, diálogo e esclarecimentos com os professores e funcionários do centro universitário sobre a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas e desenvolver oficinas, palestras, seminários e discussões sobre a inclusão e acessibilidade de todos no espaço universidade;

IV – Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais específicas do centro universitário através de encontros semanais ou quinzenais, com vistas a assegurar o sucesso acadêmico, oferecendo apoio pedagógico, psicopedagógico, recursos humanos e materiais;

V – Realizar atendimento psicopedagógico individual ou em grupo aos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem e transtornos específicos de aprendizagem;

VI – Oportunizar, ao acadêmico, um espaço de apoio, escuta e reflexão individual ou coletivo;

VII – Incentivar o desenvolvimento da pessoa humana através da utilização de seus próprios recursos e potencialidades;

VIII – Promover a integração no processo de ensino-aprendizagem entre docentes / acadêmicos e acadêmicos / acadêmicos;

IX – Organizar grupos de estudos e acompanhamento de casos específicos de dificuldades de aprendizagem;

X – Realizar e incentivar a produção do conhecimento a partir da realização de pesquisa;

XI - Sugerir metodologias diferenciadas e inclusivas para o ensino, aprendizagem e avaliação para os alunos com necessidades educacionais específicas;

XII - Promover o acesso à inclusão e a permanência de pessoas com deficiência, síndrome e transtorno na instituição;

XIII – Propor ações para sensibilizar a comunidade acadêmica a conviver com a diversidade;

XIV – Fomentar a sustentabilidade do processo inclusivo, mediante a proposta de uma aprendizagem cooperativa em sala de aula e a constituição de redes de apoio, bem como nos ambientes acadêmicos de espaço comum;

XV – Incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem na inclusão de pessoas com deficiência;

XVI – Propor projetos, programas, atividades (extensão e pesquisa), de caráter institucional, referentes ao atendimento educacional especializado ou estratégias em diferentes instâncias voltadas às pessoas com deficiência;

XVII – Propor a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo da instituição;

XVIII – Fomentar ações de incentivo e de apoio para o desenvolvimento de tecnologias, instrumentos, recursos didáticos e soluções arquitetônicas que promovam a acessibilidade, mobilidade e a inclusão de pessoas.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia das ações a serem desenvolvidas, envolverá, conforme a natureza da situação a ser mediada:

- a) Atendimento psicopedagógico individual para orientações mais específicas de acordo com a necessidade do (a) aluno (a);
- b) Atendimento psicopedagógico em grupo para orientação pedagógica mais abrangente;
- c) Oficinas temáticas conforme a demanda dos estudantes;
- d) Realização de eventos, tais como seminários, encontros vivenciais, palestras e roda de conversa que contribuam para o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional;
- e) Realização de pesquisa como forma de levantamento de dados pertinentes a vida acadêmica.

Os objetivos delineados neste projeto atendem às determinações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2009), apresentando-se no contexto da proposta educacional centrada na pessoa. Por isso, são consonantes, ainda, com os princípios da Escola para Todos

e com os principais marcos históricos e normativos da Educação Especial, a qual referenda a necessidade de se garantir uma educação de qualidade que tenha como ponto de chegada o acesso, a participação e a aprendizagem, de forma irrestrita, dos estudantes com algum tipo de deficiência, síndrome, transtorno ou altas habilidades/superdotação, bem como trazer para debate novos rumos acerca da organização do atendimento educacional especializado.

4. PLANOS DE AÇÃO

Os planos de ação para atendimento realizado pelo Núcleo de Acessibilidade do UNIFAGOC são formulados com o objetivo de balizar os atendimentos, considerando, ainda, as características de cada aluno assistido pelo setor. Para todos os discentes atendidos, aplicam-se ações gerais, de cunho preventivo e corretivo, conforme a seguir:

- Entrevista anamnese, visando identificar trajetória escolar, habilidades e detalhamento sobre as dificuldades de aprendizagem.
- Orientação aos diretores e docentes por meio de relatórios sobre as condições do estudante e com sugestões para a inclusão do aluno.
- Envio de “Informe de acompanhamento pedagógicos” para diretor e professores do curso, para alunos não laudados, mas com dificuldades de aprendizagem.
- Oferta de apoio aos professores e diretores para inclusão de alunos com deficiência.
- Oferta de apoio contínuo ao aluno com técnicas e estratégias de estudo, visando melhorar o seu rendimento acadêmico.
- Adaptação de currículos e materiais, sempre que necessário.
- Orientação sobre organização de rotina de estudos.
- Sempre que indicado em laudo médico, dilação de tempo para atividades avaliativas.
- Desenvolvimento junto aos alunos atendidos atividades para trabalhar memória, concentração e atenção, além de flexibilidade cognitiva.
- Incentivo à autonomia do aluno, trabalhando conceito de responsabilidade para o cumprimento dos compromissos acadêmicos.

- Oferecer atividades e estudos orientados extras para melhoria da compreensão dos conteúdos acadêmicos.

Além das ações gerais, são estabelecidas ações específicas para alunos laudados com deficiências (física, auditiva, visual, intelectual e múltipla); Transtornos (TDAH e TEA), e Transtornos Específicos da Aprendizagem (Dislexia, Disortografia, Disgrafia e Discalculia). Essas ações são descritas a seguir.

4.1 Ações para Deficiências

A pessoa com deficiência, de acordo com a Lei nº 13.146, de 2015, é aquela que “que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Conforme decreto nº5.296 de 2004, as deficiências são categorizadas em cinco tipos: Física, auditiva, visual, intelectual e múltipla. Para cada uma delas, são apresentadas ações específicas, que, em função do contexto de cada estudante, são analisadas pelo profissional do NAE/NAF e acrescida de outras que possam considerar, ainda, as características individuais e a subjetividade do discente.

4.1.1 Deficiência Física

Para estudantes com deficiência física, as ações são:

- Análise das principais dificuldades do aluno quanto às barreiras arquitetônicas e ambientais, a fim de garantir acessibilidade do discente na instituição.
- Disponibilização de transcritores.
- Adaptação de materiais e recursos didáticos, considerando o acesso às aulas teóricas e práticas.
- Disponibilização de recursos de acessibilidade que possam ser necessários, tais como cadeiras para adequação postural; mesa de altura regulável, entre outros.

4.1.2 Deficiência Auditiva/Surdez

Alunos com surdez podem ser usuários de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), implante coclear ou, ainda, necessitarem de intérprete de Libras. Desse modo, as ações são:

- Verificar o grau e o tipo de surdez do aluno, e se utiliza algum recurso como prótese auditiva, AASI ou implante coclear.
- Solicitar intérprete de Libras para acompanhamento nas aulas e avaliações, conforme Decreto 5.626, de 2005, caso o aluno seja considerado surdo e seja a Libras a sua primeira língua.
- Considerar orientar os docentes a usarem metodologias de ensino que sejam imagéticos, com maior apelo visual; a usar fala de ritmo normal, mas se manter com postura em frente ao aluno; e evitar uso de recursos de áudio sem legenda ou tradução.
- Estimular a difusão da Libras pela comunidade acadêmica.
- Possibilitar com que o aluno se sente a frente, mesmo tendo intérprete de Libras.

4.1.3 Deficiência Visual

A deficiência visual considera dois tipos: baixa visão, que pode variar de leve, moderado e profundo, e cegueira. As ações são:

- Para alunos com baixa visão (fotofobia): utilizar material escrito, incluindo avaliações, em modo ampliado; lupa; papel fosco; e verificar se o aluno requer leitor/transcritor.
- Para alunos com Cegueira: utilizar recursos como gravadores; computadores com leitores em braile; leitor NVDA e VoiceOver; analisar os espaços se estão com condições acessíveis com barras de proteção, rampas e piso tátil; e se há necessidade de adaptação de materiais.

4.1.4 Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual pode ser de leve, moderada, grave e profunda, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). Conforme laudo médico, as ações devem:

- Verificar a necessidade de leitor/transcritor que auxilia o aluno na leitura e escrita de textos e, também, em atividades avaliativas.
- Analisar e aplicar, se necessário, adaptações de atividades curriculares para atender às necessidades específicas do aluno, com o apoio da equipe do NAF e dos professores.

- Orientar professores a aplicarem atividades com uso de materiais adaptados: com apoio de imagens, com mudança semântica (otimizar vocabulários); e/ou adaptação de acordo com o objetivo da atividade/exercício.
- Solicitar ao professor a incluir do aluno em grupos de trabalho.

4.1.5 Deficiência Múltipla

O aluno com deficiência múltipla necessita de ações mais específicas, centradas em suas especificidades, pois ele pode apresentar associação de duas ou mais deficiências, como visual e auditiva (surdo-cegueira), física e intelectual, entre outras. As ações do NAF são condicionadas a análise do laudo, percepção das dificuldades do aluno mediante a sua narrativa, para, posteriormente, indicar, via relatório e reuniões, as adaptações necessárias.

4.2 Ações para transtornos

A desatenção, a hiperatividade e a impulsividade são sintomas centrais do Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), e que repercutem em dificuldades de aprendizagem. Já o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) impacta a comunicação, a interação social, o aprendizado e a capacidade de adaptação.

4.2.1 Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

Para alunos com TDAH, as ações são:

- Ensino de estratégias para controle de tempo e técnicas de estudos.
- Aplicação de atividades para melhoria da concentração e memória.
- Auxílio na organização visuoespacial e visuoconstrutiva.
- Auxílio na elaboração de planejamentos dos compromissos acadêmicos.
- Orientação sobre evitar distrações em momentos de estudos e sentar-se a frente, porém, longe de portas e janelas.
- Evitar atividades com contagem de tempo, como aplicativos de *Quizz*.

4.2.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Para alunos com TEA, as ações são:

- Identificar o grau do autismo, com base em laudo médico apresentado pelo aluno.
- Orientar os professores a evitarem questões com metáforas ou duplos sentidos.
- Possibilitar o uso de recursos visuais no material didático.
- Orientar o professor a realizar adaptação curricular, junto ao NAF, de acordo com a necessidade de suporte necessário ao aluno, sendo esse indicado pelo grau do autismo disposto no laudo médico.
- Apresentar ao aluno conteúdo programático com antecedência e evitar alterações no planejamento.

4.3 Transtornos Específicos de Aprendizagem

Os transtornos específicos de Aprendizagem impactam diretamente o processo de aprender, tendo em vista que comprometem habilidades essenciais para compreensão dos diferentes conteúdos. Esses transtornos são: Dislexia, Transtorno da escrita: disgrafia e disortografia e discalculia.

4.3.1 Dislexia

A dislexia por comprometer habilidades básicas de leitura, considerando que acomete a correspondência entre grafemas e fonemas. As ações do NAF são:

- Oferta de leitor em casos de dislexia moderada ou grave.
- Oferta de escriba quando o grau for moderado ou grave.
- Orientar docentes a usar atividades multissensoriais e lúdicas, recursos visuais e auditivos.

4.3.2 Transtorno da escrita: disgrafia e disortografia

A disgrafia é uma dificuldade para escrever de maneira clara e organizada, relacionada a uma questão psicomotora. Geralmente, as pessoas apresentam letras ilegíveis e lentidão na escrita. Já a disortografia é uma condição ligada à dificuldade no processo de aquisição de habilidades de escrita. As ações do NAF são:

- Para disgrafia: presença de transcritor para provas e atividades avaliativas, sugerir aos professores possibilidades de avaliação oral e uso de recursos auditivos ou audiovisuais.

- Para disortografia: oferta de estudos orientados com foco na escrita; oferecer recursos de autocorreção; prática de escrita com exercícios regulares focando em palavras e regras ortográfica.

4.3.3 *Discalculia*

A discalculia compreende um transtorno que compromete competências ligadas à compreensão de números, cálculos, padrões. As ações são:

- Oportunizar o uso de equipamentos e ferramentas que auxiliam no raciocínio lógico.
- Trabalhar atividades específicas para melhorar orientação espacial.
- Orientar professores a evitarem atividades com contagem de tempo, como *Quizz*.
- Apresentar técnicas de estudos focadas na superação da discalculia.

4.4 Altas Habilidades/Superdotação

Os indivíduos com altas habilidades/superdotação apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança. As ações do NAF são:

- Orientar os professores a designar tarefas e projetos que exijam pensamento crítico, alta capacidade de resolução de problemas e inovação.
- Oferecer liberdade para explorar novas ideias e métodos de trabalho através da flexibilidade e autonomia.
- Promover a oportunidade de participar de grupos de discussão onde possam interagir com outros indivíduos, como líderes em suas áreas de interesse.

5. DOCUMENTOS DO NAF

Para que o trabalho do NAF se desenvolva, são necessários documentos, como os citados a seguir, a fim de garantir a qualidade dos serviços:

- a) *Termo de Responsabilidade de Aceite (ANEXO I)*

Este documento é assinado pelo aluno que aceita o atendimento no âmbito das condições propostas pelo setor. Nele constam dados de identificação do aluno, curso e período matriculado, assim como as regras de atendimento aos quais o aluno está submetido. Além da descrição do encaminhamento. Este documento é encaminhado ao profissional que atenderá o aluno.

b) Termo de Responsabilidade de Recusa (ANEXO II)

O Termo de Responsabilidade de Recusa é aplicado quando o aluno desiste do atendimento ofertado.

c) Entrevista de Anamnese Psicopedagógica (ANEXO III)

Este é um instrumento utilizado para compreender o contexto do aluno, visando compreender a história da vida do aluno, as suas dificuldades, sua trajetória escolar, suas relações interpessoais e histórico de saúde mental e física.

d) Relatório de Orientação – Professores e Diretores de Curso (ANEXO IV)

O relatório de Orientação aos professores e aos Diretores de Curso descrevem a condição do aluno laudado e orientações para que ele seja incluído no processo de aprendizagem, visando melhoria no desenvolvimento e rendimento acadêmico. Quando o aluno é laudado, é enviado com o título: “Relatório de Orientações ao Diretor e Professores do curso”, contendo descrição do laudo e da condição do aluno e orientações para atividades em sala e avaliações. Todavia, se o aluno não é laudado, é enviado com o título “Informe de Acompanhamento Pedagógico”, tendo em vista que as orientações se restringem a narrativa do aluno quanto às suas dificuldades de aprendizagem.

e) Informativo de desligamento do curso (ANEXO V)

Ao ser desligado dos atendimentos psicopedagógicos, o profissional encaminha para o (a) diretora do curso, via e-mail, um informativo esclarecendo que o discente não mais é acompanhado pelo setor. Geralmente, o desligamento ocorre por ausências do aluno aos atendimentos ou assinatura do termo de recusa.

ANEXO I - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACEITE

EU, _____, REGULARMENTE MATRICULADO NO CURSO _____, PERÍODO _____, PORTADOR DA RG: _____, EM PLENA CONSCIÊNCIA DE RESPONDER PELOS MEUS ATOS, ACEITO O ATENDIMENTO PRESTADO PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO GOVERNADOR OZANAM COELHO, ATRAVÉS DO NAE (NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE) E DO NAF (NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE), COM O INTUITO DE OBTER UM MELHOR DESEMPENHO ACADÊMICO.

1. Ao assinar este termo, estou de acordo que a desistência do atendimento aqui solicitado ocorre ao:
 - a) Não responder aos contatos realizados pelos (as) profissionais do NAE/NAF em até três vezes consecutivas;
 - b) Não comparecer aos atendimentos presenciais ou remotos, sem justificativa, em até três vezes consecutivas;
 - c) Não informar mudança de dados de contato aos setores, o que impossibilita a realização do agendamento e atendimento;
 - d) Desistir ou trancar o curso.
2. Em caso de desistência de atendimento por qualquer outro motivo, assumo o compromisso de informar ao NAF e assinar o "Termo de Recusa de Atendimento".
3. Em todas as situações mencionadas ou outras que possam surgir, estou ciente que, para retomar o atendimento, devo me apresentar novamente ao NAE e assinar novo "Termo de Responsabilidade de Aceite de Atendimento do Núcleo de Acessibilidade".
4. Estou ciente que devo realizar o agendamento dos atendimentos, preferencialmente, em horários em que não tenho aula, tendo em vista que o setor não abona faltas e não controla presença/ausência em sala de aula.
5. Estou ciente que tenho direito a Tradutor/intérprete de Libras, apoio técnico de leitor e/ou transcritor e adaptação de material pedagógico, considerando laudo médico, desde que solicitado ao setor com antecedência mínima de 7 (dias) dias úteis.

ASSINATURA DO ALUNO

21. Medicação Atual:
22. Médico responsável:
23. Co-morbidades:
24. Composição familiar:
25. Pai:
26. Mãe:
27. Irmãos:
28. Queixa principal:
29. Eventos traumáticos vivenciados:
30. Situações / eventos que precipitam ou agravam as crises:

Vida acadêmica

31. História acadêmica (principais dificuldades apresentadas atualmente): Ve o conteúdo, mas assimilar compreender e guardar.
32. Quais são as necessidades educacionais especiais demandadas em função do fator dificultador da aprendizagem e/ou da socialização?
33. Relato sobre os primeiros anos no Ensino Fundamental I e II (dificuldades e reprovação):

34. Relato sobre o aprendizado no Ensino Médio (dificuldades e reprovação):

35. Principais dificuldades:

36. Principais habilidades: Fala oral.

37. Situações de conflito dentro da sala de aula:

38. Outras Informações:

40. Antecedente familiar (Transtornos psiquiátricos na família):

41. Tratamentos anteriores (médicos, terapias, reabilitação, exames)

42. Internações e cirurgias:

História de vida atual

43. Uso de drogas, álcool, cigarros e outros:

44. Atividades atuais:
45. Rotina diária:
46. Relacionamento familiar
Pai:
Mãe:
Irmãos:
Filhos:
47. Âmbito social (lugares, lazeres, pessoas):

Data: ____/____/____

Assinatura do profissional

ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO DE ORIENTAÇÕES

Informe Psicopedagógico com Orientações ao Diretor e Professores de Curso

Aluna: xxx

Documentação: xxx

Necessidades Educacionais Específicas (NEE) – Fundamentação Legal

A legislação vigente assegura que estudantes com deficiências, síndromes ou transtornos tenham adaptações pedagógicas que favoreçam a equidade de oportunidades, conforme:

- Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), especialmente os artigos 27 e 30, que asseguram o direito à educação em igualdade de condições, com oferta de recursos de acessibilidade e adaptações razoáveis.
- Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva – PNEEI (Decreto nº 12.686/2025), que estabelece a educação especial como política transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo o ensino superior.

Com base no laudo médico e na legislação, as seguintes NEE são indicadas:

Avaliações

(Orientações sobre as demandas Educacionais Específicas do aluno durante as avaliações)

Aulas teóricas e práticas

(Orientações sobre as demandas Educacionais Específicas do aluno durante as aulas)

Encaminhamento e Contato

Caso o corpo docente identifique necessidades adicionais ou desafios pedagógicos específicos, recomenda-se contato direto com o Núcleo de Acessibilidade – NAF.

Profissional – Psicopedagoga Institucional

Contato: (32) x-xxxx-xxxx | e-mail:

Atendimentos:

- Segunda e quarta-feira:
- Terça-feira:
- Quinta-feira:

Ubá, xxxx de 202_

Núcleo de Acessibilidade – UNIFAGOC

ANEXO V – INFORMATIVO DE DESLIGAMENTO (E-MAIL)

Prezado (a) diretor (a),

Por meio deste e-mail informamos o desligamento do (a) aluno (a)

dos atendimentos ofertados pelo Núcleo de Acessibilidade do Centro Universitário Ozanam Coelho (NAF) em razão de _____

Solicitamos, por gentileza, que avise aos professores do (a) referido (a) aluno (a) sobre o desligamento e faça registro na próxima ata do colegiado.

Caso o aluno, posteriormente, queira retomar os atendimentos, se faz necessário reagendamento no Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), a fim de que seja realizada nova triagem e encaminhamento para o profissional adequado.

Sem mais para o momento,

Ubá xx de xxxx de 202_

Atenciosamente,

Nome do (s) profissional (is)

Observação: Este informativo deve ser encaminhado para o e-mail institucional do diretor do curso, com cópia para nae@unifagoc.edu.br